



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

Estado de Minas Gerais

REQUERIMENTO Nº 142/2019

Sra. Presidente,

As Vereadoras e os Vereadores infra-assinados, na forma regimental, requerem a Vossa Excelência, consultado o Plenário, que seja enviado ofício ao Chefe da Delegacia Regional da Polícia Federal, situada em Divinópolis – MG, encaminhando este Requerimento, que solicita ao mesmo que informe a esta Casa de Leis se há possibilidade de se instaurar procedimentos próprios e pertinentes para a execução de investigação no uso de recursos públicos vinculados ao Governo Federal, aplicados pela Administração Pública Municipal de Lagoa da Prata – MG, conforme explicação contida na justificativa deste Requerimento, em especial:

Os recursos investidos na construção de casas populares por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, via Caixa Econômica Federal, no Conjunto Habitacional Ângelo Teodoro;

Recursos enviados para a construção do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

Recursos enviados para manutenção das Unidades Básicas de Saúde ligadas às Estratégias Saúde da Família;

Recursos investidos na aquisição de veículos para a área da saúde, que foram enviados ao Município, em especial para uso nas Estratégias Saúde da Família;

Recursos investidos na Unidade de Pronto Atendimento – UPA;

Recursos investidos na Farmácia Municipal.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos este Requerimento visando a atuação da Polícia Federal em nosso Município, na fiscalização da utilização de recursos públicos federais, especialmente, nos seguintes casos:

1 - Os recursos investidos na construção de casas populares por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, via Caixa Econômica Federal, no Conjunto Habitacional Ângelo Teodoro.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

Estado de Minas Gerais

Segundo denúncias que chegaram ao nosso conhecimento, casas foram construídas e apresentaram problemas na estrutura, com pouco tempo de uso, as prestações são altíssimas para um projeto de cunho social, e o principal, há suspeitas de favorecimento de pessoas em detrimento de outras, ou seja, suspeita de que houve ilegalidade na seleção das famílias a serem beneficiadas.

2 - Recursos enviados para a construção do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Até o momento as obras estão paralisadas e não sabemos os motivos para tanto. É indispensável uma fiscalização na execução desta obra para que se evite prejuízos à coletividade.

3 - Recursos enviados para manutenção das Unidades Básicas de Saúde ligadas às Estratégias Saúde da Família. Segundo temos conhecimento as Estratégias Saúde da Família do Município, apesar de receberem recursos públicos federais, não atendem com toda equipe completa.

4 - Recursos investidos na aquisição de veículos para a área da saúde, que foram enviados ao Município, em especial para uso nas Estratégias Saúde da Família. Segundo informações, estes veículos não estão sendo utilizados exclusivamente para a finalidade que foram enviados.

5 - Recursos investidos na Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Face ao enorme valor investido, indispensável uma fiscalização também nesta unidade.

6 - Recursos investidos na Farmácia Municipal. .

Contamos com o apoio dos colegas vereadores para aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2019.

QUELLI CÁSSIA COUTO
Vereadora do PV

CIDA MARCELINO
Vereadora do REPUBLICANOS

PROFESSOR ELIAS IZAIAS
Vereador do REPUBLICANOS

JOANES BOSCO
Vereador do PV